

L
Documentação
ESTADUAL
Folha do Estado
Data 10/11/97 Pg.
Class. 155



O péssimo estado de conservação e funcionamento dos semáforos (foto) da Capital, mereceu atenção especial da Procuradoria Geral da República. Pág. 12

TERMINAL CAUSA PREJUÍZO

O atraso nas obras do terminal ônibus da Praça Bispo Dom José deu um prejuízo de até 70% no comércio local! Comerciantes reclamam. Pág. 13



Presos são levados ao Fórum para revisão de processo. Sob um forte esquema policial, cerca de 40 presos (foto) do Carumbá foram levados ao Fórum Criminal para correção parcial de processos. Pág. 14

Malária pode prejudicar operação

DE ACORDO COM O TENENTE ADAILDOM MORAES, 90% DOS 10 MIL GARIMPEIROS DA RESERVA SARARÉ ESTÃO COM A DOENÇA

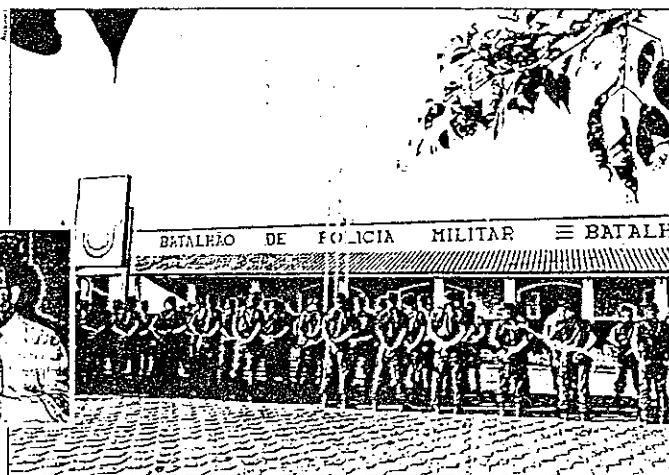
MILITARES E POLICIAIS ESTÃO
Ativando fumacê em área invadida

A malária pode ser o principal obstáculo para a operação de desinvasão da área da Reserva Sararé que deve acontecer, efetivamente, a partir do próximo dia 15. De acordo com o tenente-coronel Adaildom de Moraes, comandante do 6º Batalhão da PM de Cáceres, 90% dos 10 mil garimpeiros e madeireiros que ocupam os mais de 67 mil hectares da área indígena Sararé estão com a doença ou foram infectados recentemente. Hoje, a partir das 05h da manhã um grupo de 132 policiais militares do 6º BPM segue para o município de Pontes e Lacerda, onde será montado um posto da PM para dar apoio à operação que se desencadeia sob o comando da Polícia Federal. Segundo o superintendente da PF em Mato Grosso, Cláudio Luiz da Rosa, a partir de hoje 100 homens da Polícia Federal - sendo que 30 lotados em Mato Grosso - seguem para o município de Pontes e Lacerda. Além do efetivo da PM - destaca o superintendente - outros 50 funcionários de órgãos como Funai, Ibama, entre outros, darão apoio à operação. "A partir de hoje, até o dia 15, apenas uma pequena equipe precursora de policiais federais de deslocará até as áreas ocupadas. A partir do dia 15, se persistirem as invasões, serão efetuadas as prisões em flagrante e a apreensão dos equipamentos de madeireiros e garimpeiros", informou Cláudio Luiz.

Explica que o prazo dado até o dia 15 para a remoção dos invasores foi estipulado por ele próprio, em uma reunião com os representantes dos garimpeiros e madeireiros da área, no último dia 20 de dezembro. "Na ocasião eles pediram prazo até o dia 30 de janeiro. A proposta não foi aceita e eles têm até o dia 15 para deixar a área espontaneamente", destacou o superintendente.

A partir dessa data - garante - qualquer invasor flagrado na área será imediatamente preso e responderá por vários crimes, entre eles por danos contra o patrimônio da União e por crime contra o meio ambiente. Mas Cláudio Luiz acredita que a desocupação será pacífica e tudo deverá ocorrer tranquilamente, sem confrontos, dentro da normalidade. "Em julho deste ano uma operação igual a esta foi comandada pela PF na área, quando cerca de 800 invasores foram retirados. Infelizmente, a falta de uma vigilância mais intensiva na região por parte de órgãos do governo estadual e da própria Fundação Nacional do Índio (Funai), acabou gerando um número ainda maior de invasões". Descreve que grande parte destes garimpeiros e madeireiros vieram dos garimpos desativados na Serra Pelada (Pará) e da Reserva Janomami (Amazônia). Quanto ao fato dos invasores alegarem não terem local para ocupar, o superintendente da PF lembra que este é um problema social, que deve ser solucionado pelo governo estadual. "A PF cabe cumprir sólamente a determinação de retirar os invasores", finalizou.

Há 90 dias a Justiça Federal expediu uma liminar com o objetivo de expulsar os invasores da área. Em novembro último, em um confronto entre invasores e índios da reserva, 14 nambiquaras foram espalhados, em decorrência de uma tocaia, armada no mato. Os inquéritos para apurar o caso foram abertos pela delegacia da PF de Cáceres.



Parte do efetivo recebeu instruções ontem, em Cáceres. No detalhe, o superintendente da PF



Ariolvaldo contesta a posição de alguns segmentos

INVASÃO É CRIMINOSA

Diz o indigenista Ariolvaldo dos Santos, que segue hoje para a Reserva Sararé

Reportagem Local

"A invasão de garimpeiros e madeireiros na Reserva Sararé é totalmente criminosa. Além de usufruirem da propriedade e da riqueza pertencente aos índios, ainda destrói o meio ambiente. Explorar sem dar nada é irrogação e quem compra o ouro ou a madeira retorna destas áreas nem chega a ser considerado receptor, pois compra um produto legal". Esta é a opinião do indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ariolvaldo José dos Santos, que segue hoje até Pontes e Lacerda para assessorar a Polícia Federal durante

a operação de desinvasão da área. Atuando há 22 dias anos em Mato Grosso, no convívio junto as diversas nações, Ariolvaldo diz desanimado. Como indigenista acredita que é a única solução para acabar com esta exploração indiscriminada e criminosa das áreas indígenas

ca seria dos governos - federal, estadual e municipal - para a questão indígena, acabe fazendo com que sejam gastos mais de R\$ 350 mil para uma operação de desinvasão que posterior terá sido evitada.

Ariolvaldo contesta a posição de

alguns segmentos que criticam o

fato de 77 índios te-

rem direito a uma Re-

serva com mais de 67

mil hectares. "Todos

se esquecem que em

74 eram cerca de 400

índios na reserva.

Eles quase foram di-

minados com a pre-

sença dos invasores,

que levaram o saram-

po para a região. Se

queremos que os in-

díos se multiplicarem,

é preciso que tenham

terra para viver e tirar seu alimen-

to. Ninguém questiona o fato de

um só fazendeiro da região possuir

uma área de 80 mil hectares. Devem-

os lembrar que o homem bran-

co ganha o direito de uso capi-

to ocupar uma terra por cinco

anos, o que diremos dos índios, que

estão lá há mais de mil anos", finalizou Ariolvaldo. (IR)

Ele defende a exploração das áreas pelos próprios índios

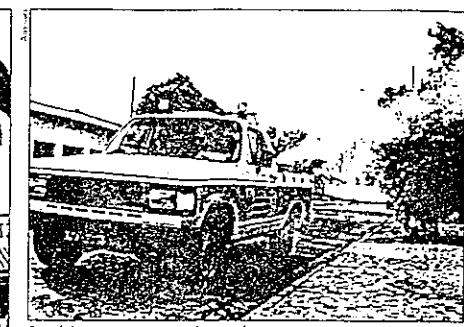
OPERAÇÃO SARARÉ

RESERVA	67.419 hectares
ÍNDIOS	77 Nambiquaras
INVASORES	Cerca de 10 mil
EFETIVO	132 PMs
	100 Federais
	50 outros órgãos
CUSTO	RS 352 mil



Mas concretização dessa ideia, para exploração de ouro e madeira nas reservas indígenas depende da anuência do Congresso Federal, dos índios e de um projeto específico da Funai, informa Ariolvaldo. Mas garante que desde a Constituição de 88, isto já é possível. Lamenta que a falta de uma politi-

ca concretizações dessas idéias, para exploração de ouro e madeira nas reservas indígenas depende da anuência do Congresso Federal, dos índios e de um projeto específico da Funai, informa Ariolvaldo. Mas garante que desde a Constituição de 88, isto já é possível. Lamenta que a falta de uma politi-



Sem falar em dia, gerente diz que fumacê começa em breve

SEM VIATURAS

FNS aguarda conserto de veículos para o fumacê

Reportagem Local

gos em algumas regiões da cidade - observou - deve-se o período chuvoso. O gerente esclareceu que o permilongo não oferece riscos de doenças. Mais ainda, que a Fundação está se preparando para o serviço de fumacê.

Breve

De acordo com as informações de Cunha, o fumacê começará em breve, já que o órgão dispõe de inseticida e equipamentos para a operação há pelo menos oito meses. O atraso, segundo ele, foi devido à demora no repasse dos recursos. "Nós havíamos tempo hábil para iniciar as operações ainda em 96", justifica ele. E acrescenta, depois de ter a verba em mãos a Fundação teve que esperar o processo licitatório para definir qual a oficina ganharia a concorrência, isso colaborou para o atraso. (RR)



Usuários do sistema já estão preocupados com possível aumento

TRANSPORTE COLETIVO

Proposta é polêmica
EMPRESA QUER REAJUSTAR PASSAGEM EM 41,66%

Colaboração
Reportagem Local

A proposta da empresa Transporte Coletivo de Rondonópolis (TCR), que vem rei-indicando reajuste de 41,66% no preço da passagem, gerou polêmica na cidade. Considerando o reajuste solicitado "absurdo", o vereador José Ferreira Lemos Neto, a "Juca Lemos" (PT), reunirá vários segmentos da sociedade rondonopolina na próxima segunda-feira, para discutir a proposta com o secretário de Desenvolvimento Urbano e Transporte do município, Marcos Antônio Ribeiro dos Reis.

TCR que detém o monopólio dos serviços de transporte urbano em Rondonópolis, propôs reajustar a passagem de ônibus de R\$ 0,60 para R\$ 0,85 nos próximos dias. O que representa um aumento da ordem de 41,66%. A notícia sur-

prendeu os usuários que reclamam da qualidade dos serviços e não sabem como encarar o aumento no orçamento familiar. O vereador petista Juca Lemos que considerou a proposta "absurda", prometeu não deixar passar em brancas nuvens. Ele está conviadando sindicatos, associações de moradores, entidades de classe e estudantes para discutir e assumir com o secretário de Desenvolvimento Urbano e Transporte.

Marcos Reis que vem registrando uma série de reclamações sobre a qualidade do serviço prestado pela TCR, quer saber qual a situação da frota que circula pelas ruas da cidade, antes de iniciar a discussão sobre o novo preço da passagem. Ele solicita um relatório completo sobre a situação dos ônibus e os serviços de manutenção, durante reunião com a direção da empresa, antecompromis.